

Análise da utilização da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) pelos municípios do Estado da Bahia

Marcelo Ney de Jesus Paixão , Milena Lima Santos, Daniela Nunes Vítor, Mariana Campos Lima Almeida, Adriana de Sousa Pereira Domingues, Florice de Jesus Pinheiro, Graziella Cecilio Credidio, Talita dos Reis Barroso,

Secretaria da Saúde do Estado da Bahia

Introdução: A publicação da Política Nacional da Assistência Farmacêutica, no ano de 2004, criou bases para um novo modelo de organização e gerenciamento da Assistência Farmacêutica (AF). Um dos grandes desafios neste setor está na elaboração de uma relação municipal de medicamentos essenciais (REMUME) por uma Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT), estabelecida por critérios técnicos, econômicos e epidemiológicos da população local. **Objetivo:** Analisar a utilização da REMUME pelos municípios do Estado da Bahia. **Método:** Foi realizado um estudo descritivo e prospectivo com base no questionário de avaliação (QA) elaborado pela Diretoria Estadual da AF para o Diagnóstico Situacional dos municípios da Bahia. Do total dos questionários enviados para os 417 municípios da Bahia, 254 (61%) foram respondidos, constituindo, assim, o universo desta pesquisa. O período avaliado refere-se ao primeiro semestre de 2016 e, para este trabalho, foram analisadas as questões referentes à REMUME. A análise estatística dos dados foi realizada através do Programa Microsoft Excel, preservando a identidade dos municípios. **Resultados:** Os resultados mostraram que 51% dos municípios possuem uma relação de medicamentos, mas que não obedece aos critérios para uma correta seleção de medicamentos. Outros 21% dos municípios indicaram que adotam critérios para a correta seleção de medicamentos e 28% informaram que não existe uma relação de medicamentos própria do município. Quanto ao quesito atuação da CFT, 73% dos municípios informaram que não têm uma CFT constituída; 19% responderam que a Comissão não é atuante e apenas 8% informaram que possuem uma CFT efetiva em suas ações. Quanto à condição de existência de estratégias de divulgação da REMUME para os serviços de saúde, 37% informaram que existe uma sistemática de divulgação da relação de medicamentos, 39% dos municípios divulgam de maneira informal e 24% responderam que não existem estratégias sistemáticas para divulgação. **Conclusão:** Os resultados mostram que a utilização da REMUME em muitos municípios da Bahia ainda é incipiente, agravada pela ausência ou ineficiência da CFT na maioria deles. Estudos já realizados mostram que a adoção e divulgação da REMUME contribuem para o melhor gerenciamento do ciclo da AF municipal, promoção da prescrição e uso racional de medicamentos, podendo servir como instrumento para a diminuição da demanda de processos judiciais para requisição de medicamentos. Esse estudo reforça a necessidade de tratar sobre o tema com a devida importância, pois trata-se de um compromisso com a população para a disponibilização de medicamentos considerados essenciais.